



# MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Concurso Público

NÍVEL SUPERIOR

**CARGO 10:**

**ANALISTA ADMINISTRATIVO**  
**ÁREA 5: BIBLIOTECONOMIA**

**TARDE**

**Caderno de Provas**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada na sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva  $P_2$ , e a prova discursiva  $P_4$ , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

***A arte da vida consiste em fazer da vida uma obra de arte.***

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P<sub>2</sub>)

Julgue os itens a seguir, acerca do sistema de governança do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

- 51 Integram o sistema de governança do setor elétrico brasileiro o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o Ministério de Minas e Energia (MME), a ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- 52 O CMSE é presidido pelo ministro de Minas e Energia e, na sua composição, conta com representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis, da CCEE, da EPE e do ONS.
- 53 A EPE é o órgão responsável por estabelecer o planejamento energético nacional. Para tanto, desenvolve estudos nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras.

Acerca dos regimes para os prestadores de serviços no SEB, julgue os itens subsequentes.

- 54 Agentes de geração de energia elétrica, previamente à implantação do empreendimento, devem obter uma concessão ou uma autorização do poder concedente para produzir energia elétrica, com exceção do aproveitamento de potenciais hidráulicos menores ou iguais a 1.000 kW e das usinas termelétricas com potência menor ou igual a 5.000 kW, que precisam ser apenas comunicados ao poder concedente.
- 55 Presta serviço público de distribuição a cooperativa de eletrificação que não preenche os requisitos para regularização como permissionária e recebe autorização específica do poder concedente para operação de instalações de energia elétrica, de uso privativo de seus associados, cujas cargas se destinem ao desenvolvimento de atividade predominantemente rural.

Os direitos e deveres dos usuários e das concessionárias dos serviços de energia elétrica são regulados pela ANEEL, por meio de resoluções. Com relação a esse assunto, julgue os itens de 56 a 59.

- 56 A distribuidora responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras e, se não houver pendência de responsabilidade do consumidor, o prazo máximo para ressarcimento do dano por meio de pagamento em moeda corrente ao solicitante ou, ainda, para providenciar o conserto ou a substituição do equipamento danificado é de quarenta e cinco dias após a data do pedido de ressarcimento.
- 57 O consumidor pode exigir da distribuidora de energia elétrica, a qualquer tempo, a aferição do respectivo medidor de energia elétrica. Após a aferição pela distribuidora, o consumidor pode ainda solicitar a realização de nova aferição do equipamento junto ao órgão metrológico oficial, hipótese em que os custos serão assumidos pela concessionária quando for detectado erro no medidor, e, caso contrário, devem ser arcados pelo consumidor.

58 É facultado à distribuidora de energia elétrica incluir na fatura de energia elétrica propagandas comerciais e mensagens político-partidárias, desde que não interfiram nas informações obrigatórias.

59 Quando o medidor e demais equipamentos de medição necessários para o faturamento do serviço prestado são fornecidos e instalados pela distribuidora, às suas expensas, a indisponibilidade de equipamentos de medição justifica o retardamento da ligação e o início do fornecimento, descaracterizando o descumprimento, pela distribuidora, dos prazos estabelecidos na regulação do setor.

Julgue os seguintes itens, acerca da comercialização de energia elétrica e dos regimes de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico.

60 Concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica fornecem energia aos consumidores cativos, de acordo com tarifas definidas pela ANEEL, que consideram custos não gerenciáveis, tais como os preços da energia adquirida de Itaipu, de agentes de geração ou importada, os custos de transporte dessa energia e os encargos setoriais; e custos gerenciáveis, como a remuneração dos investimentos da distribuidora na rede de distribuição, os custos de manutenção dessa rede, as perdas técnicas e comerciais e os gastos com pessoal.

61 Os agentes concessionários e autorizados de geração, importadores de energia, comercializadores e consumidores livres podem formalizar contratos bilaterais de fornecimento de energia elétrica com preços e prazos definidos pelos próprios contratantes, de acordo com a oferta e a procura por energia no momento de assinatura desses contratos.

62 A CCEE é o local onde os contratos celebrados entre agentes de geração, distribuição, importação, comercialização e consumidores livres, que atuam no Sistema Interligado Nacional, são registrados.

63 O preço de liquidação das diferenças é calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal, para cada submercado, com base no custo marginal da operação, e deve observar, entre outros fatores, as condições técnicas e econômicas para o despacho das usinas, incluindo a disponibilidade de equipamentos de geração e transmissão e as projeções para a demanda de energia, para os preços dos combustíveis e para o custo do *deficit* de energia elétrica.

64 No Sistema Interligado Nacional, podem contratar livremente a energia de que precisam o consumidor e o conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja igual ou superior a 500 kW, atendidos em qualquer tensão, desde que a energia adquirida seja oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: pequenas centrais hidrelétricas, usinas que empreguem biomassa, usinas solares, usinas eólicas e sistemas de cogeração qualificada.

65 A legislação assegura aos produtores independentes de energia elétrica e aos consumidores livres o livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionários e permissionários do serviço público de energia elétrica, mediante ressarcimento do custo do transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente, competindo ao ONS efetuar as avaliações de viabilidade técnica dos requerimentos de acesso aos sistemas de transmissão, e celebrar, em nome das empresas de transmissão, os contratos de uso dos sistemas de transmissão.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- 66 Entre as peculiaridades da concessão, está a possibilidade de o poder concedente decretar a intervenção na empresa concessionária, medida de natureza investigatória, e não punitiva.
- 67 Na hipótese de encampação, o concessionário não tem direito à indenização.
- 68 As usinas termelétricas destinadas à produção independente podem ser objeto de concessão mediante autorização.
- 69 A ANEEL dispõe de competência legal para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

No que se refere à legislação pertinente à atuação da ANEEL, julgue os itens a seguir.

- 70 De acordo com a legislação de regência, as divergências entre as concessionárias devem ser dirimidas, no âmbito administrativo, pelo poder concedente.
- 71 Apesar de constituir autarquia sob regime especial, a ANEEL não dispõe de autonomia patrimonial e financeira, por estar vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia.
- 72 Por se tratar de competência própria do Ministério de Minas e Energia, a atuação no processo de definição e controle de preços e tarifas não se insere entre as competências da ANEEL.
- 73 A critério da diretoria, as reuniões deliberativas destinadas a resolver pendências entre agentes econômicos do setor de energia elétrica podem ser públicas.
- 74 Entre as atribuições exclusivas conferidas pela legislação de regência ao diretor-geral da ANEEL, está a responsabilização solidária pelo cumprimento do contrato de gestão.

No tocante à CCEE e à atuação da ANEEL, julgue o item que se segue.

- 75 Tanto eventual quanto temporária, a comercialização pelo agente autoprodutor dos excedentes de energia elétrica depende de autorização da CCEE.

Acerca da regulação de cooperativas e da regulação de serviços de energia elétrica, julgue os seguintes itens.

- 76 As cooperativas de eletrificação rural, titulares de permissão ou autorização, recebem classificação de consumidor rural, subclasse cooperativa de eletrificação rural, e possuem as tarifas de fornecimento vinculadas aos descontos, caso atendidas as disposições regulamentares concernentes aos serviços de eletrificação rural.
- 77 As permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar e apurar, separadamente, para fiscalização pela ANEEL, os investimentos e os custos de distribuição de energia elétrica, incluindo os relativos às novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico.
- 78 Quando a fiscalização constatar irregularidade praticada por agente do setor elétrico, a ANEEL, alternativamente à imposição de penalidade, pode firmar com a concessionária, permissionária ou autorizada de serviços e instalações de energia elétrica termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares ou contratuais aplicáveis.
- 79 Em conformidade com a regulação de serviços de energia elétrica em vigor, nas instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em implantação ou a serem implantadas, devem ser observados os limites de referência para exposição do público em geral e da população ocupacional a campos elétricos e magnéticos recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Nas instalações já existentes, esses limites não precisam ser observados, uma vez que as adequações dessas instalações, em geral, se mostram economicamente inviáveis.
- 80 A partir da detecção de uma condição anormal de operação ou de contingências múltiplas, o Sistema Especial de Proteção (SEP) realiza ações automáticas para preservar a integridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), bem como de seus equipamentos e linhas de transmissão. Essencial para que o SIN opere com qualidade e segurança, o SEP é um dos serviços ancilares provido pelos agentes de geração, transmissão e distribuição vinculados ao SIN, sem ônus para os demais agentes e consumidores.

Entende-se por documentação jurídica a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos etc., da jurisprudência acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc. e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.

Cecilia Andreotti Atienza. **Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1979, p. 19 (com adaptações).

Com relação ao assunto apresentado no texto acima, julgue os itens a seguir.

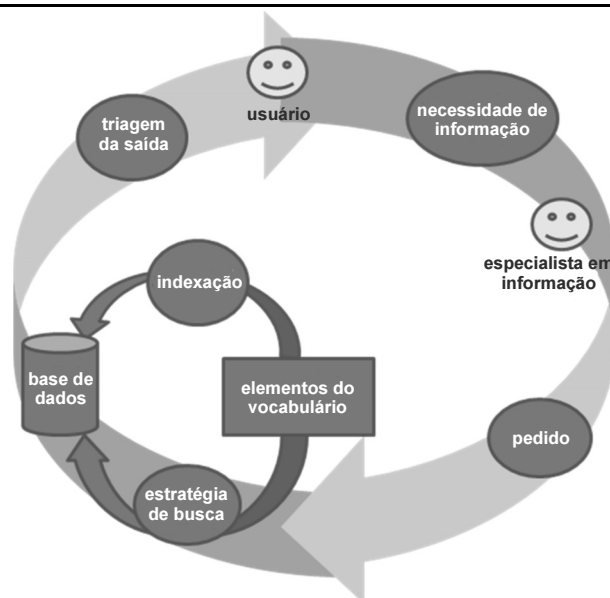
- 81 Os instrumentos da documentação jurídica compreendem coletâneas de textos de disposições legais, índices e ementários de legislação ou jurisprudência. Para um tratamento técnico adequado dessa documentação, o bibliotecário deve possuir conhecimento do mecanismo legal do país, destreza no manejo dos índices e ementários endógenos e exógenos de legislação e jurisprudência, além de ter habilidade para interpretação dos pedidos e solicitações dos usuários.
- 82 O tratamento técnico de um Ato da Ordem Legislativa Federal requer do bibliotecário leitura do texto na íntegra e indexação do título, seção, súmula e cláusula de vigência.
- 83 Em seu sentido mais abrangente, a ciência da informação é o estudo, pautado por critérios, princípios e métodos científicos, da informação, com todos seus desdobramentos em ciências aplicadas específicas e desenvolvimentos tecnológicos decorrentes, que, por sua vez, aceleram e catalisam os processos científico, inovador e criativo.

No que diz respeito à recuperação da informação, julgue os próximos itens.

- 84 Os esquemas de busca e recuperação da informação são, em princípio, tão variados quanto os métodos de organizar a informação. Assim, se os documentos do acervo forem organizados por assunto, um método de busca e recuperação será, obviamente, a busca e escolha diretas na estante; se os documentos forem organizados por tipo de suporte, não é possível a pesquisa direta na estante, tornando necessário o uso de algum tipo de índice ou catálogo sistemático.
- 85 Entre os modelos de recuperação da informação mais importantes na Web, incluem-se o booleano, o vetorial, o probabilístico e o de operação *fuzzy*.

Acerca das Normas Técnicas da área de documentação, julgue os seguintes itens.

- 86 Segundo a NBR 10518 (2005), abreviam-se preferencialmente de maneira idêntica os vocábulos de línguas diferentes que possuam a mesma raiz e o mesmo sentido, sempre que a ortografia o permitir.
- 87 A NBR 6023 fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação original, orientando a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos, para a citação em documentos e para inclusão em bibliografias, resumos, resenhas, resenhas, resenhas e outros.



fatores que influem nos resultados de uma busca em uma base de dados

F.W. Lancaster, 1993 (com adaptações).

Com base no diagrama apresentado, julgue os itens subsequentes.

- 88 Considerando que o pedido do usuário esteja próximo de sua necessidade informacional, o fator seguinte a influir no desempenho do sistema será a qualidade da estratégia de busca.
- 89 O diagrama permite constatar que muitos fatores influem na qualidade da busca, medida, por exemplo, pelo equilíbrio entre revocação e precisão, ou seja, manter o máximo de precisão, mantendo um nível aceitável de revocação.

Com relação a linguagens documentárias, julgue o item a seguir.

- 90 Observando as linguagens documentárias (LD) e o comportamento das línguas — linguagem natural (LN) — evidencia-se um aspecto semelhante entre elas: as LD trabalham com descritores e termos-chave que são entidades bastante semelhantes aos lexemas da LN, na medida em que, nos sistemas dos quais fazem parte, correspondem a unidades portadoras de forma e significado.

Acerca de resumos e índices, julgue os itens seguintes.

- 91 É denominado extrato o tipo de resumo que se elabora com base na extração de frases do próprio documento.
- 92 Os índices são produtos originários da operação de indexação e têm por função facilitar a recuperação de informações relativas ao documento indexado ou resumido.
- 93 Os resumos desenvolvem um importante papel nos sistemas de recuperação da informação, pois facilitam a identificação de itens pertinentes e proporcionam acesso a itens armazenados.

Com relação à qualidade e à coerência na redação de resumos, julgue o item a seguir.

- 94 A qualidade e a coerência são um pouco mais vagas quando se aplicam a resumos do que quando se aplicam à indexação. Em certa medida, portanto, a qualidade da redação de resumos é aferida de acordo com critérios que são muito similares àqueles adotados na avaliação da indexação.

Acerca da classificação decimal universal (CDU), julgue os itens que se seguem.

- 95 A CDU é uma linguagem de indexação e de recuperação de todo o conhecimento registrado na qual cada assunto é simbolizado por um código baseado em números arábicos. Ela contém uma tabela principal e tabelas auxiliares que abarcam especificações de lugar, de tempo, de forma, de língua, etc., úteis para flexibilizar a representação dos assuntos.
- 96 A CDU permite vários tipos de relações. É chamada de relação sintáctica a criação de índices compostos em uma classe ou em uma subclasse com a utilização das tabelas auxiliares.
- 97 Ao símbolo numérico utilizado para representar o assunto dá-se o nome de notação. Essa notação pode ser pura (só números ou só letras) ou mista (quando constar de números e letras).

Quanto ao AACR-2, julgue os próximos itens.

- 98 Como regra geral, a escolha do nome, base para o estabelecimento do cabeçalho para um autor pessoal, recai sobre o nome mais conhecido, seja ele um nome verdadeiro, um pseudônimo, um título de nobreza, uma alcunha, iniciais ou qualquer apelativo. Das formas não adotadas, devem ser feitas remissivas para as formas adotadas facilitando a pesquisa e a identificação do autor.
- 99 Na descrição física, CD-ROM é o termo que a regra faculta o seu uso, assim como o de outros tipos de suporte CD, DVD etc. (R9. 5B1). A primeira nota para a descrição de um recurso eletrônico, depois da definição de sua natureza e abrangência, é o sistema requerido e o modo de acesso. Se outra nota for julgada mais importante, como no caso de um recurso contínuo em suporte eletrônico, a periodicidade deverá ser considerada como primeira opção.
- 100 A fonte principal de informação para um filme ou para um vídeo é o próprio filme ou vídeo; e no contêiner se for parte integrante do filme ou vídeo.

As cinco leis de Ranganathan aplicam-se às diversas atividades bibliotecárias e estabelecem relações com os serviços prestados em bibliotecas e com as fontes de informação utilizadas para atendimento aos usuários. Acerca da aplicação dessas leis, julgue os itens a seguir.

- 101 A catalogação analítica, ao fornecer dados catalográficos completos de livros e periódicos no todo, torna-se fundamental para o cumprimento da primeira lei — os livros são para usar.
- 102 As bibliografias auxiliam os bibliotecários no cumprimento da segunda lei — para cada pessoa o seu livro —, pois essas obras contribuem com a divulgação dos documentos e permitem identificar aqueles que atendem às necessidades de cada usuário.
- 103 O sistema de livre acesso e o arranjo alfabético aplicados à organização do acervo são recursos inadequados para que a biblioteca atenda aos requisitos da terceira lei — para cada livro seu leitor.
- 104 A quarta lei — poupe o tempo do leitor — orienta para a seleção de uma coleção ampla e representativa de obras de referência que apóiam a pesquisa bibliográfica.
- 105 As quatro primeiras leis orientam a gerência e a administração das bibliotecas, e a quinta lei — a biblioteca é um organismo em crescimento — enuncia o princípio fundamental que orienta o planejamento e a organização das bibliotecas.

Julgue os itens a seguir, relativos ao processo de referência e de estudos de usuários, nos quais se aplicam a abordagem tradicional ou a abordagem cognitiva.

- 106 Segundo a abordagem cognitiva, o usuário deve expressar a sua necessidade de informação, em uma linguagem compatível com a do sistema de informação, para tanto, a política de treinamento de usuários deve enfatizar as características dos serviços e produtos de informação.
- 107 Estudos de usuários que adotam abordagem tradicional demonstram que as características demográficas identificam e categorizam os tipos de usuários de bibliotecas especializadas, mas não são indicadores potenciais do comportamento de busca e de uso da informação desses usuários.
- 108 A escala denominada *focus continuum*, utilizada para auxiliar o bibliotecário a compreender e a categorizar as necessidades de informação dos usuários, compreende cinco fases: a área ou assunto de interesse do usuário; a motivação do usuário; as características pessoais do usuário; a relação da expressão de busca do usuário com a organização bibliográfica e a resposta antecipada; quando o usuário determina a quantidade de itens que deseja recuperar.
- 109 Em uma das abordagens cognitivas, denominada *abordagem sense-making*, pressupõe-se que a informação está contida nos documentos e é, portanto, uma entidade independente da interação do homem com o mundo.
- 110 A relevância da informação depende da necessidade de informação do indivíduo. No entanto, a necessidade de informação é dinâmica, mas a relevância da informação não se altera à medida que o indivíduo interage com o sistema de informação.
- 111 Sistemas de recuperação de informação que adotam a abordagem cognitiva aplicam o princípio da equivalência, segundo o qual a representação da necessidade de informação do usuário e a representação dos documentos são equivalentes.

Considerando as características da catalogação e funções dos catálogos, julgue os itens que se seguem.

- 112 A função adquirir um recurso bibliográfico é dificultada quando se adotam termos inadequados ao nível de instrução dos usuários para representar os assuntos.
- 113 Quando não há precisão na descrição das entidades, o usuário do catálogo encontra dificuldades para identificar um recurso bibliográfico.
- 114 A clareza e o princípio do uso comum, quando aplicados à catalogação, contribuem para que o catálogo cumpra a função de permitir a navegação do usuário.
- 115 A consistência na catalogação contribui para que o catálogo cumpra a função de localizar conjuntos de recursos que pertencem a uma mesma obra, expressão ou manifestação.

Com relação ao desenvolvimento de coleções e fontes de informação, julgue os itens a seguir.

- 116 O processo de desenvolvimento de coleções tem, necessariamente, enfoque sistêmico e caráter cíclico, pois as atividades ligadas à coleção não podem ser vistas de forma isolada e nenhuma delas sobrepõe-se às outras.
- 117 A avaliação de coleções que emprega fatores de uso pressupõe a existência de listas de títulos a serem utilizadas como parâmetro para aferir a qualidade da coleção.

Julgue os itens seguintes acerca de padrões, protocolos e formatos utilizados em bases de dados e repositórios digitais.

- 118 O protocolo Z39.50, utilizado para a recuperação de informações em bases de dados, não atende às necessidades e à filosofia do movimento de acesso livre, o qual defende a oferta de ferramentas de fácil implementação e de fonte aberta.
- 119 A estrutura dos registros do formato MARC (*machine-readable cataloging*) é complexa e não permite flexibilidade para definição de tamanho de campos e pontos de acesso.
- 120 O modelo de referência OAIS (*open archive information system*), empregado para a preservação de recursos digitais, define um conjunto de metadados descritivos e administrativos próprios para preservação e indicam a adoção do Dublin Core para os metadados estruturais.

## PROVA DISCURSIVA (P<sub>4</sub>)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub>**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### QUESTÃO 1

Técnicas de monitoramento e de verificação dos ambientes interno e externo, em conjunto com a utilização de sistemas de informação executiva e de apoio à decisão, são essenciais para a análise e o planejamento. A aplicação da técnica SWOT deve-se à necessidade permanente de as organizações disporem de análises sobre seu posicionamento em um ambiente turbulento.

H. Silveira. In: Tarapanoff (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001, p. 210-39 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem unicamente motivador, faça o que se pede nos itens a seguir:

- ▶ descreva a técnica SWOT;
- ▶ explique quais são os objetivos da técnica SWOT.

### RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

As bases de dados podem ser armazenadas em meios magnéticos ou ópticos, como discos, e acessadas local ou remotamente. Algumas dessas bases de dados conterão informações de acesso público, como resumos e índices, textos completos de relatórios, enciclopédias e cadastros, enquanto outras serão compartilhadas no âmbito de uma instituição ou grupo de instituições. Classificam-se como de referências ou de fontes as bases de dados disponíveis para os usuários de informação em âmbito público e que sejam acessadas a distância, por meio de um serviço de buscas em linha, ou localmente, em CD-ROM.

J. Rowley. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2002, p. 399 (com adaptações).

Tendo as informações acima unicamente como motivadoras, redija um texto dissertativo que esclareça:

- ▶ o que são bases de dados de referência e quais são os seus tipos;
- ▶ o que são bases de dados de fontes e quais são os seus tipos.

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	